



ÁREA TEMÁTICA 1: Gestão Ambiental

EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL: O CAMINHO PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO DE PLÁSTICOS DE USO ÚNICO NO SETOR DE TURISMO BRASILEIRO

Nayara Rodrigues Marques (nayararmarques@gmail.com)
Sefou Mouhamadou Dine Ahannougbe (aliouahmed8@gmail.com)

RESUMO

Este trabalho visa analisar as ações de educação e gestão ambiental para a resolução da problemática de consumo dos plásticos de uso único no setor de turismo brasileiro em destinos turísticos do Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina. O turismo brasileiro — que se concentra na zona costeira do país —, o consumo desmedido e inconsciente de plásticos de uso único, e a reduzida coleta e destinação adequada de seus resíduos fazem do setor um dos que mais contribuem com a poluição marinha. Nesse contexto, com base em uma pesquisa qualitativa com gestores públicos e privados (de meios de hospedagem e órgãos públicos) identificamos a percepção desses atores-chave quanto à temática e ações implementadas. Remediar esse problema implica uma mudança de paradigma, de comportamentos, uma tomada de consciência conjuntamente com ações eficazes de gestão ambiental nos destinos e na sociedade em geral. Assim, a educação e a gestão ambiental apresentam-se como instrumentos indispensáveis através dos quais se pode inculcar uma mudança de valores, criando consciência crítica quanto aos hábitos para se promover novos estilos de vida, questionando os atuais. Desta forma, a educação e a gestão ambiental desempenham um papel central na redução do consumo de plásticos de uso único não apenas no setor do turismo, mas na sociedade como um todo.

Palavras-chave: Educação ambiental; Turismo; Plásticos de uso único.

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND EDUCATION: THE WAY TO REDUCE SINGLE USE PLASTIC CONSUMPTION IN BRAZILIAN TOURISM INDUSTRY

Abstract:

This work analyzes the actions of education and environmental management to solve the problem of consumption of plastics for single use in the Brazilian tourism sector in tourist destinations in Rio Grande do Norte, São Paulo, and Santa Catarina. Brazilian tourism - as it is concentrated in the country's coastal zone - the excessive and unconscious consumption of single-use plastics, and the reduced collection and proper disposal of its waste make the sector one of the largest contributors to marine pollution. In this context, with a qualitative research with public and private managers (from means of accommodation and public agencies), we identified the perception of these key actors regarding the theme and implemented actions. To remedy this problem implies a change in paradigm, in behavior, in raising awareness together with effective environmental management actions in destinations and in society in general. Thus, environmental management and education present themselves as indispensable instruments through which a change of values can be instilled, creating a critical awareness of habits to promote new lifestyles, questioning current ones. In this way, environmental management and education play a central role in reducing the consumption of single-use plastics not only in the tourism sector, but in the population as a whole.

Keywords: Environmental education; Tourism; Plastics for single use.



1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, a sociedade de consumo que nasce nos anos 1950 se desenvolveu em um ritmo acelerado e um dos indícios que evidencia essas mudanças é a de produção e consumo de plásticos. Existe um desequilíbrio na relação Natureza-Sociedade (evidenciado em diferentes obras a partir dos anos 60), causado pelos seres humanos por meio da poluição ambiental, consumo desmedido dos recursos naturais, destruição de habitats, entre outros problemas. Um deles é a produção e consumo excessivo de plásticos, que geralmente não têm sua destinação final adequada. O ambiente marinho está gravemente ameaçado pela poluição plástica, um problema ambiental urgente, que se agravou com a pandemia e tem tendência a piorar. Anualmente, 8 milhões de toneladas de plásticos são lançadas nos oceanos e os cenários apontam que essa poluição irá dobrar até 2030, aumentando seus impactos negativos (WWF, 2019).

O lixo plástico representa 12% do total de lixo gerado globalmente e o Brasil ocupa o 4º lugar entre os maiores produtores de lixo plástico no mundo, atrás de EUA, China e Índia, com 11,3 milhões de toneladas ao ano, mas com baixa taxa de reciclagem (1%), muito inferior à média mundial de 9%. O descarte inadequado de grande parte desses resíduos leva à sua presença abundante nos rios e no mar, estimada em 2 milhões por ano (WWF, 2019). O Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, divulgado anualmente desde 2003, apresenta comparações-série histórica-década, perspectivas para o futuro com tendências de geração de resíduos até 2050 e uma análise das contribuições e gargalos do setor, revelando preocupantes informações sobre a precária situação da coleta seletiva no Brasil, já que não alcança a totalidade das áreas municipais do país — aproximadamente um quinto dos municípios não dispõem de coleta seletiva. Se não há coleta e destinação adequadas, como se pensar a implementação da economia circular, a redução dos impactos ambientais ou o desenvolvimento sustentável? Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), a gestão ambiental passa pela prevenção e redução da geração de resíduos, promovendo a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos suscetíveis de serem reaproveitados, enquanto os rejeitos devem ser encaminhados para uma destinação ambientalmente adequada, o que minimiza danos ao meio ambiente e à saúde humana. Dentre os incentivos previstos na PNRS encontram-se, entre outros: estímulos à coleta seletiva e à logística reversa, incentivos fiscais, e indução das “práticas de Educação Ambiental”.

Dados de limpeza costeira indicam itens plásticos de uso único como os principais detritos encontrados. Os plásticos de uso único são aqueles materiais plásticos concebidos para serem usados uma única vez antes de serem considerados como resíduos. Eles são encontrados em forma de garrafas plásticas, tampas, embalagens de alimentos, sacolas, bitucas de cigarro, copos, canudos e outros utensílios descartáveis. O consumo desses itens vem crescendo a um ritmo muito acelerado e diversos fatores contribuem para que cheguem ao ambiente marinho, dentre os quais: a produção crescente, os grandes volumes de consumo, o breve ciclo de uso, o baixo valor de revenda e a forma inadequada de tratamento pós-uso (deficiência de gestão de resíduos). Reduzir essa forma de poluição é uma tarefa de todos, inclusive de atores-chave do turismo.

No Brasil, o turismo apresenta uma grande relevância econômica e concentra seu potencial na zona costeira do país, só em 2018, esse setor contribuiu com 8,1% do PIB (US\$ 152,5 bilhões) (BRASIL, 2019). Suas mais de 1,8 milhão de micro e pequenas empresas geraram 6,9 milhões de empregos. Apesar disso, o país é o 32º colocado na competitividade do turismo global pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, 2019), mesmo com sua abundância em recursos naturais e culturais reconhecidos. A maioria dos turistas que escolhe o Brasil como destino é atraída por suas praias ensolaradas; e por isso, é preciso prestar atenção à sua proteção e conservação (BRASIL, 2019). Aqui, é importante lembrar que o fenômeno turístico envolve aspectos psicológicos, sociológicos, políticos, econômicos, e outros, dos seres humanos, portanto sua análise deve estabelecer relações entre abordagens diferentes, não se reduzindo ao *homo turisticus*, *homo politicus* e menos ainda ao *homo economicus* (PANOSSO-NETTO, 2005 *apud* FORTUNATO, 2009). Para isso, a educação ambiental tem um papel fundamental.



De acordo com o relatório da Comissão Brundtland, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, além de empenho político e cooperação, também se faz necessário mudar as atitudes humanas, as quais dependem “de uma ampla campanha de educação, debates e participação pública” (BRUNDTLAND, 1987, p. 26). Nessa publicação, entende-se por desenvolvimento sustentável um processo harmônico de transformação na forma de exploração dos recursos, no gerenciamento dos investimentos, na orientação do desenvolvimento tecnológico, e na mudança institucional para atender às necessidades humanas presentes e futuras.

A educação ambiental passa a ser necessária para a agenda da sustentabilidade e para a efetiva implementação das ações propostas, especialmente porque, em geral, os seres humanos não avançam em uma velocidade ideal para uma sociedade mais sustentável que seja capaz de diminuir os impactos negativos do Antropoceno. Diversos autores discutem a questão da educação e gestão ambiental no Brasil, propondo novas formas alternativas, não hegemônicas, de se fazer essa educação através de ações concretas visando a transformação social necessária para mitigar esses impactos (LAYRARGUES, 2012; ZANETI, 2003, 2020; JACOBI, 2003). Além disso, esse é um tema essencial para debate no Fórum Internacional de Resíduos Sólidos (MASSI *et al.*, 2018; BUCZENKO & ROSA, 2018).

Segundo Zaneti (2020), a educação ambiental é uma educação crítica e política sobre os hábitos e atitudes do ser humano, a qual levará a uma mudança de paradigma para transformar a sociedade atual. É uma educação cidadã que carrega princípios da alfabetização ecológica, os quais levam a pensar no desenvolvimento sustentável, e capaz de propiciar, tanto ao educador quanto ao educando, possibilidades de participar dos processos que os conduzem à “autoconscientização”, motivando-os a exercer melhor o seu papel de cidadãos. Trata-se de interpretar as relações natureza-sociedade sob outro ângulo, que só pode se concretizar com um trabalho participativo de todos, ou seja, uma tarefa, antes de tudo, política, que levará a mudanças e/ou transformações no âmbito econômico, social e ambiental (ZANETI, 2020).

Nessa mesma linha, Jacobi (2003) propõe um modelo educativo, articulado e comprometido com o desenvolvimento sustentável, por meio do diálogo e das inter-relações entre diferentes áreas, o que levará à criação de valores éticos e identidades comuns. Dessa forma, a educação ambiental estaria atuando como uma via indispensável da educação para a cidadania, sendo tratada “como possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para uma maior participação na busca e defesa de uma qualidade de vida presente e futura, e assim trabalhar conjuntamente para o desenvolvimento sustentável” (JACOBI, 2003). Esse autor ressalta a necessidade de mudar hábitos e criar novos estilos de vida, e, por conseguinte, uma consciência ética que permita questionar os modelos atuais de desenvolvimento. Na visão de Severo e Guimarães (2020), a educação ambiental é apresentada como um instrumento que possibilita a “construção de nova racionalidade ambiental” (p. 298), que integra teoria e a prática e foca na reconstrução da realidade social.

Diante do crescente modo de consumo de plásticos de uso único no setor do turismo — especialmente na zona costeira brasileira — e da participação de seus resíduos e lixos na poluição marinha, a educação e a gestão ambiental podem desempenhar um papel central na redução do consumo desses produtos. O turismo, especialmente no segmento do ecoturismo, é citado como elemento-chave em uma das macrotendências da Educação Ambiental Formal — na sua forma mais conservadora e “conformista”, a qual Layrargues (2012) chama de corrente “conservacionista” — por estar presente em ações práticas, atividades e experiências turísticas que ocorrem em parques, outras áreas protegidas e ambientes naturais

[...] com forte expressão da biodiversidade ou de biomas especiais sob regime de proteção ambiental. Tem uma sintonia muito forte com a faixa etária infantil em idade escolar, na perspectiva de se trabalhar a ideia do amor à natureza, na lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, mote sensibilizador bastante presente. Seus protagonistas podem ser encontrados especialmente em organizações não-governamentais, empresas de consultoria e em propriedades rurais com programas de turismo ecológico em geral e agroecológico em particular (LAYRARGUES, 2012, p. 398-399).



Mas qual a percepção que esses gestores públicos e privados do setor de turismo têm sobre esse tema? Como eles podem cooperar para efetivar ações mais concretas visando uma educação mais cidadã e mais consciente quanto ao consumo de plásticos de uso único? Para analisar essas questões, em 2020 foi realizado o projeto *Plásticos de uso único no setor de turismo no Brasil*, empreendido pelo PNUMA em parceria com pesquisadores do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS) da Universidade de Brasília (UnB). À época, foram analisadas seis Unidades da Federação (UFs) e onze cidades, com o objetivo de realizar um estudo preliminar sobre a presença dos plásticos de uso único no setor de turismo, com foco na costa brasileira. Nesse contexto, este artigo analisa parte dos resultados desse projeto, com foco na gestão e educação ambiental.

2. OBJETIVO

Este artigo visa analisar as ações de educação e gestão ambiental para a resolução da problemática de consumo dos plásticos de uso único no setor de turismo brasileiro em destinos turísticos do Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar quais são as ações de educação e gestão ambiental para a resolução da problemática de consumo dos plásticos de uso único;
- Descrever a percepção dos gestores de meios de hospedagem e de órgãos públicos quanto à temática da gestão e da educação ambiental;
- Analisar as diferentes percepções dos entrevistados sobre a gestão e a educação ambiental e a prática das ações para redução do consumo de plásticos de uso único.

3. METODOLOGIA

Para atingir esse objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo com foco na percepção dos gestores de meios de hospedagem (ex.: hotéis, hostels, pousadas) e órgãos públicos (Secretarias de turismo, meio ambiente, e órgãos de limpeza urbana). Este artigo é resultado da análise de parte dos dados e informações produzidos no âmbito do projeto *Plásticos de uso único no setor de turismo no Brasil*. Aqui, foi considerado o recorte territorial de três estados e seis municípios do litoral brasileiro (Natal-RN, Tibau do Sul-RN, Guarujá-SP, Praia Grande-SP, Florianópolis-SC e Camboriú-SC), sendo um estado por macrorregião e dois municípios em cada um deles.

Com uma abordagem qualitativa, foram realizadas 30 entrevistas semiestruturadas sobre o consumo de Plástico de uso único no setor de turismo no Brasil. Assim, para a apresentação dos resultados, os entrevistados foram nomeados conforme sua UF de origem, ordem das entrevistas e categorias (meios de hospedagem-MH e órgãos públicos-OP); por exemplo, o primeiro entrevistado do Rio Grande do Norte é apresentado como E1RN-MH. Além desses dados primários, coletados a partir das entrevistas, foram também usados dados secundários da literatura e de documentos ligados ao tema, tais como a Lei nº 12.305 de 2010, os relatórios da ABRELPE e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Os dados das entrevistas foram analisados e complementados com os dados das literaturas existentes para avaliar a importância da Educação Ambiental na redução de utilização de plásticos de uso único no turismo costeiro do Brasil, usando o método de análise de conteúdo. A seguir, destacamos a discussão e a apresentação dos principais resultados identificados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar a apresentação e a discussão dos resultados, vale ressaltar a situação de gestão de resíduos em cada um dos estados e nos municípios. Conforme mostra o Quadro 01 abaixo, a maioria dos municípios analisados apresenta formas de gerenciamento dos resíduos sólidos de acordo com a PNRS, cada qual dispendo de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), onde estão previstas: a coleta seletiva, a inclusão de catadores no sistema de



gestão, além de ações de Educação Ambiental (EA) para uma conscientização da população. Percebeu-se também que apesar da existência de aterro sanitário em alguns municípios, os lixões ainda se fazem presentes em dois (ou três deles). De todos os municípios, o que apresentou dificuldades para as informações é o de Tibau do Sul, no Rio Grande do Norte, para o qual não foi possível identificar se existe uma legislação municipal sobre a gestão dos resíduos sólidos; e caso exista, se isso inclui os catadores no sistema de gestão dos resíduos. Isso evidencia a desigualdade entre as macrorregiões, considerando que no Sul e no Sudeste há aterros nos quatro municípios analisados, diferentemente do Nordeste (similar aos dados que evidenciam essa desigualdade no relatório da ABRELPE, 2020). A implementação da PNRS, de PMGIRs, entre outros, demanda não só o envolvimento de atores públicos para a sua operacionalização e a implementação de ações de educação ambiental, mas também de trabalhadores, como Cooperativas de catadores para a coleta e separação dos resíduos recicláveis, e de atores privados, como pode ser o caso de estabelecimentos de hospedagem (PNRS, 2010; SEVERO & GUIMARÃES, 2020).

Tabela 1. Contextualização geral da gestão de resíduos sólidos nos municípios analisados

	NORDESTE - Rio Grande do Norte		SUDESTE - São Paulo		SUL Santa Catarina		Total
	Natal-RN	Tibau do Sul-RN	Guarujá-SP	Praia Grande-SP	Florianópolis-SC	Balneário Camboriú-SC	
Cidades							6 cidades
Aterro Sanitário	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	5 aterros
Lixão	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1 lixão
Coleta seletiva no município	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Em 5 destinos
Dados sobre poluição	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	N.I.	Em 5 destinos
Inclusão de catadores e/ou suas Associações	Sim	N.I.	Sim	Sim	Sim	Sim	5 locais
Tem PGIRS? Se sim, cita Educação?	Sim, cita.	N.I.	Sim, cita.	Sim, mas não cita.	Sim, cita.	Em processo de criação, cita.	5 planos citam
Quantidade de Meios de hospedagem entrevistados	3	3	4	2	3	3	18 MHs
Quantidade de Órgãos públicos entrevistados	3	2	1	1	3	2	12 órgãos públicos

Fonte: Os autores.

No quadro, pode-se observar que a maioria dos destinos analisados possuem Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, previsão de coleta seletiva e inclusão dos catadores, sendo que se destacaram os exemplos de Balneário Camboriú — que destina 1% da tarifa da coleta de lixo para o Programa de Educação Ambiental “Terra Limpa” (Balneário Camboriú, 2021) — e Florianópolis - que determina ações claras para Educação Ambiental e Capacitação técnica (FLORIANÓPOLIS, 2017).

Quanto a exemplos de ações concretas de gestão ambiental relatadas pelos entrevistados, além das ações internas dos estabelecimentos de hospedagem e dos órgãos públicos municipais (ex.: coleta seletiva adequada, substituição de produtos descartáveis, ações de educação ambiental, etc), destaca-se o papel — incentivo ou reconhecimento — de organizações ou agentes externos aos meios de hospedagem, como o programa EcoLíderes do Tripadvisor, que valoriza locais que adotam práticas sustentáveis, como a reciclagem. Outros exemplos foram: grupos voluntários que realizam ações de sensibilização nas praias de Pipa (Tibau do Sul-RN) acerca do uso e descarte correto de insumos descartáveis; movimento “Preserve Pipa” por meio da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (ASTHEP), que incentiva a redução da produção de resíduos



(E10RN-OP, 27/01/2020); parceria com as ONGs Ecolocal Brasil e ONG NORDESTE, para colaborar com a limpeza das praias e com a reciclagem dos materiais recolhidos em Guarujá-SP (E3SP-MH); o Programa Lixo Zero em Balneário Camboriú-SC, que em parceria com o parque Beto Carrero World conscientiza visitantes das praias da região sobre a problemática do lixo/plástico (E4SC-OP); Educação ambiental com o Programa Praia Limpa em Balneário Camboriú-SC (E5SC-OP, 24/01/2020); parceria entre as Ongs Praia Limpa (Guarujá-SP) e Ecosurfi (Itanhaém-SP), que promovem tanto limpeza de praias como iniciativas educacionais entre cursos e intervenções junto aos banhistas (E4SP-MH, 23/01/2020).

Esses exemplos evidenciam a importância das ações conjuntas, articuladas em cooperação entre diferentes atores-chaves, por isso é importante reconhecer e explorar o papel de cada um dos que podem estar envolvidos, já que todos podem contribuir de forma indispensável (BRUNDTLAND, 1987; LASCOUMES & LE GALÈS, 2012). Conforme apontam Lascoumes e Le Galès (2012, p. 18), “o ator público e o ator privado devem ser capazes de desenvolverem estratégias de ação que, efetivamente, tenham repercussões palpáveis sobre o desenrolar de determinada ação pública a ponto de modificá-la, aprimorar ou ampliar o seu espectro de ação [...]”. Observou-se uma lacuna de atuações concretas tendo em vista que parte dos entrevistados não relatou ações próprias voltadas para a educação ambiental, apesar de que muitos reforçaram a importância da mesma para a redução do consumo de plásticos. Por exemplo, um entrevistado destacou que “é imprescindível ações de educação para a minimização da geração de resíduos, mas, também, é importante a operação da acomodação e do descarte adequado” (E5RN-OP, 22/01/2020). Nesse sentido, a EA tem um potencial de impulsionar a gestão ambiental, que é uma “ferramenta capaz de proporcionar uma fiscalização e certa regulação do mercado em relação aos seus abusos diante a capacidade de suporte do ambiente” (FORTUNATO, 2009).

Outro ponto levantado pelos entrevistados é a questão do comportamento e hábitos dos turistas e não-turistas. Os entrevistados E4RN-OP, E3RN-MH, E8RN-MH, E10RN-OP, E1SP-MH, e E4SC-OP concordam que é fundamental promover uma mudança comportamental capaz de surtir efeito não apenas nos turistas, mas em toda a população; ou seja, “é preciso uma tomada de consciência global cidadã, e este é um trabalho de sensibilização de longo prazo, numa perspectiva de mudança de atitudes para um comportamento cidadão para com o meio ambiente” (E4RN-OP, 22/01/2020). Segundo E8SP-OP (20/01/2020) “A prática da coleta seletiva precisa tornar-se um hábito diário. As pessoas precisam conhecer o impacto para depois praticar os novos hábitos” (E8SP-OP, 20/01/2020). Assim, a EA deve incorporar valores capazes de incentivar a inclusão e interferir no comportamento coletivo para a execução da ação pública voltada para preservação do meio ambiente, da saúde e da economia, contribuindo para reduzir o consumo de plásticos de uso único. Ele ressalta a necessidade de mudar hábitos e criar novos estilos de vida, e por conseguinte, uma consciência ética que permita questionar os modelos atuais de desenvolvimento. Desta forma, a educação ambiental passa a ser uma via indispensável da educação para a cidadania (JACOBI, 2003; LASCOUMES; & LE GALÈS, 2012; ZANETI, 2020).

Nesta linha da educação ambiental, alguns entrevistados também aprofundaram na questão da conscientização dos turistas e da população como um aspecto necessário para solução do problema da poluição plástica, mencionando: “conscientização coletiva da sociedade” (E1RN-MH, 21/01/2020); “campanha de conscientização” (E2RN-MH 21/01/2020); “(...) educação ambiental de longo prazo como uma ferramenta capaz de contribuir para essa aprendizagem do que não se ‘joga fora’, ou seja, ultrapassar a nossa cultura que o plástico é descartável” (E6RN-OP, 23/01/2020); “o problema dos plásticos é humano, pois, o indivíduo não tem consciência do descarte adequado de resíduos” (E8RN-MH, 24/01/2020). Nota-se que a falta de conscientização ambiental por parte do cidadão aponta para uma dissonância entre o conteúdo das leis, as ações estabelecidas através de atividades de educação ambiental pelos meios de hospedagem e órgãos públicos, e a forma como a sociedade se apropria desses conteúdos (TEIXEIRA *et al.*, 2020). Desta forma, a EA deve ser um processo de ações contínuas, que questionem não apenas a forma de descarte, mas também o modo de consumo e a percepção do cidadão sobre isso.



Parte dos entrevistados também buscavam desvincular a responsabilidade dos turistas ao destacar que se trata de um problema mais amplo, que exige uma mobilização da população como um todo e até mesmo uma "consciência cidadã", como ratificou o E1RN-MH ao falar que "não se trata da questão do turista em si, e sim de uma consciência cidadã" — o que dialoga com a perspectiva de Zaneti (2003) sobre a EA, que sugere uma educação cidadã permeada por valores da alfabetização ecológica, da sustentabilidade, da autoconsciência e da cidadania. Desta forma, é importante reconhecer que o turista é parte integrante da sociedade e que seus atos nada mais são que reflexo de seus comportamentos e hábitos cotidianos, da consciência adquirida ao longo de sua vida. A EA deve contribuir para a criação de "turistas cidadãos", "ambientalmente" conscientes, capazes de questionar os modelos atuais de sociedade tanto nos destinos turísticos quanto nos seu dia a dia. Nesse sentido, o E4RN-OP (22/01/2020) ressaltou que "não é pertinente dividir os indivíduos por categorias, entre turistas e não turistas, ela se refere à questão como uma demanda do ser humano em si". Aqui é interessante lembrar que o turista é, ao mesmo tempo, um sujeito ativo, com suas subjetividades, na fruição dos destinos e um consumidor, e que a PNRS (2010) determina como essencial o papel do consumidor e seus hábitos de consumo, tanto para a separação quanto para a disposição adequada dos resíduos.

Muitas vezes, também se observou que o papel do setor público é valorizado e destacado como essencial para a solução do problema dos plásticos (JACOBI, 2003), no entanto, vale a reflexão sobre até que ponto essa responsabilização não evidencia a baixa adesão da própria população e dos empresários quanto à questão dos resíduos, buscando negar suas próprias responsabilidades. Nesse sentido, o E3RN-MH afirma que "é necessária uma política pública, bem como uma mobilização da sociedade, tanto no segmento civil quanto no produtivo, para a adoção de posturas proativas no tocante ao enfrentamento da problemática" (E3RN, 21/01/2020). Na mesma linha, "é preciso uma política pública sólida a esse respeito, com implementação de coletores, seleção, compostagem, reciclagem e incineração" (E8RN-MH, 24/01/2020).

Por fim, observa-se que os entrevistados muitas vezes valorizam a necessidade de ampliar ações de EA para além da educação formal, de forma a garantir um desenvolvimento sustentável do turismo. Para essa ampliação, Layrargues (2012, 2018) destaca que é necessário um esforço coletivo e uma agenda política comum pautada por orientações como: adensamento epistemológico amplo e continuamente disseminado (ex.: por meio de manuais didáticos e investigação científica); mais engajamento em todas as perspectivas de EA; envolvimento ativo na mídia e espaços informais; e articulação com movimentos contra-hegemônicos (ex. serviço social, movimentos por justiça ambiental). Aqui o turismo também pode ter um papel central e ser um importante espaço para sensibilização dos viajantes, que geralmente estão dispostos a conhecer e interagir com novas culturas e ideias, considerando que geralmente estão em momentos de maior conexão com a Natureza. Por exemplo, E3SP-MP (25/01/2020) destacou que

Educação ambiental é a palavra e isso se não vem de berço tem que ser implantada já no ensino fundamental, nas escolas, na ampliação das ações positivas desenvolvidas pela Ongs, fiscalização quanto ao descarte nas praias. Todos temos responsabilidade quanto ao plástico.

Por outro lado, nem sempre essas declarações foram embasadas em exemplos concretos de ações de gestão e educação implementadas. Outra limitação é que, em geral, nota-se que predominaram abordagens ligadas a uma perspectiva conservacionista ou pragmática de EA e poucos avançaram para pensar sobre a EA com uma perspectiva mais focada em uma transformação social mais profunda, mais crítica (ZANETI, 2020; LAYRARGUES, 2012). A educação ambiental pragmática se caracteriza por focar na ação e ser mais tecnicista, enquanto a crítica se caracteriza por se embasar em valores democráticos e emancipatórios para gerar transformação social. Assim, a partir de uma junção entre essas duas visões, a EA crítica predomina como a mais adequada para gerar impactos positivos na busca de soluções para os desafios socioambientais do século XXI, questionando a ideologia do consumismo (LAYRARGUES, 2012).

Destacando a insustentabilidade dos hábitos de consumo das sociedades atuais, o entrevistado E5SP-OP (24/01/2020) declarou que:



(...) com o consumo desenfreado chegamos a uma situação global insustentável de consumo – daí a necessidade da educação e conscientização de todos em relação ao tema. Falta a sensação de pertencimento e reconhecimento de que nossos recursos naturais são finitos.

Apesar da falta de iniciativas por parte de grande número de estabelecimentos de hospedagem no que tange às questões de educação ambiental, percebe-se a presença de ações ditas de “educação ambiental” por alguns, mas essas ações são bem pontuais, e não se articulam com as políticas públicas vigentes, além de focar, na maioria das vezes, apenas na questão do descarte e da reciclagem. Ora, uma educação ambiental de fato precisa criar cidadãos capazes de questionar inclusive o modelo de sociedade de consumo na qual estamos, mais do que incentivar a reciclagem (LAYRARGUES, 2020). Essa é uma meta que não se pode atingir apenas com ações pontuais do tipo atividades-fim, e sim, um conjunto de ações articuladas em um processo contínuo, a fim de transformar a sociedade de consumo, além de contribuir para a implementação de uma economia circular, a qual pode ajudar a reduzir a exploração de matérias-primas e, portanto, na sustentabilidade (LAYRARGUES, 2018).

Ações concretas que ressaltam a importância da não geração e da redução do consumo de plásticos são necessárias, além disso, a EA deve estar presente com ações concretas nos Planos municipais de gerenciamento de resíduos, ser debatida nos conselhos municipais de turismo, ser incluída e integrada aos planos municipais e regionais de desenvolvimento do turismo, e gerar engajamento dos turistas quanto à agenda ambiental. Além disso, a EA deve ser divulgada em campanhas (BRUNDTLAND, 1987) em diferentes mídias, inclusive redes sociais, e inserida em debates que garantam ampla participação pública. Isso tanto nos destinos que visitam quanto na pós-viagem, de volta a seu local de origem, já que o turista não existe fora da sociedade, ele é parte da mesma. Por isso, a EA é, antes de tudo, política, cidadã e crítica. Esses aspectos são importantes para podermos criar turistas conscientes, turistas realmente responsáveis, questionadores dos modelos atuais de sociedade tanto nos destinos turísticos quanto em suas casas. Turistas pautados por uma cidadania planetária, que contribuem e se beneficiam da preservação do meio ambiente (ZANETI, 2003; JACOBI, 2003). Por último, é preciso atenção e engajamento para garantir que essa transformação visando o desenvolvimento sustentável seja sólida o suficiente, para que não seja afetada por circunstâncias adversas, como já evidenciado em pesquisas e diferentes reportagens desde o início da crise da Covid-19, devido ao aumento exacerbado do uso de plásticos descartáveis e impacto na gestão dos resíduos sólidos no Brasil (BBC, 2020; URBAN & NAKADA, 2021).

5- CONCLUSÃO

Neste trabalho, a identificação de ações de educação e gestão ambiental para a resolução da problemática do consumo dos plásticos de uso único no setor de turismo, na zona costeira brasileira, focou nos casos dos destinos turísticos localizados no Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina. A partir de uma contextualização geral da situação atual da gestão de resíduos sólidos nos seis municípios analisados, observa-se que apesar dos avanços na implementação da PNRS, ainda há gargalos e limitações a serem trabalhados. Alcançar o objetivo de criar consciência ambiental requer que se dê à Educação Ambiental a possibilidade de influir nos hábitos da sociedade, o que facilita a implementação da coleta seletiva, da reciclagem, e da destinação final adequada dos rejeitos. Ou seja, gestão e educação ambiental estão interligadas.

Entre os entrevistados dos meios de hospedagem, observa-se que alguns relataram ações internas (ex.: coleta seletiva, substituição de produtos descartáveis por reutilizáveis, ações pontuais de educação ambiental, etc.) e destacou-se o papel das parcerias com organizações e agentes externos. Já os órgãos públicos foram elencados como essenciais para a gestão dos resíduos e incentivo às ações de EA. Outro aspecto relevante é a necessidade de mudança de comportamentos e hábitos dos turistas e não-turistas, visando uma consciência cidadã.

Conclui-se que a gestão e educação ambiental são essenciais para a solução do problema do plástico de uso único no setor de turismo. Os atores-chave podem contribuir para esse processo de diferentes formas, seja com ações internas em seus empreendimentos, seja por meio de parcerias



com agentes externos que têm uma atuação mais ampla na sociedade. Dessa forma, o Estado é um agente indispensável, considerando seu papel fiscalizador e regulador, entre outros.

Para a transformação social necessária e garantia do desenvolvimento sustentável no Brasil, o principal objetivo deve ser incentivar a redução do consumo de produtos com plásticos de uso único. E também, investir mais no consumo de plásticos reutilizáveis, implementar ações de incentivo à coleta seletiva, além da destinação adequada e reciclagem de todo o material suscetível de reaproveitamento, visando contribuir para a diminuição dos impactos ambientais, econômicos e sociais. Essas metas só podem ser alcançadas através de uma educação “ambiental” cidadã concreta, crítica, e não apenas ações pontuais que têm efeitos “temporários” e são como “atividades-fim”. Importante reconhecer que não há uma “receita de bolo” para a gestão e educação ambiental, e que a sua efetividade e adesão podem variar de acordo com as circunstâncias, como é o caso do que se pode observar nesta crise pandêmica, a qual ocasionou uma grande queda na aderência a comportamentos ambientalmente adequados, como é o caso do uso desmedido de plástico.

Como sugestões para pesquisas futuras, propõe-se ampliar a análise para outros estados do país e gerar uma reflexão sobre o quanto a EA e a gestão de resíduos sofrem variações a partir de contextos de crise, considerando que já se verifica empiricamente que com o início da pandemia houve um aumento do consumo de plásticos de uso único.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. (2021). Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020. São Paulo.

AMBIENTAL. (2021). Coleta de Resíduos Sólidos Comuns - Balneário Camboriú. Disponível em: <https://www.ambiental.sc/cidades/balneario-camboriu/>, acesso em 07 de maio de 2021.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. (2021) Política pública de resíduos sólidos de Balneário Camboriú. Disponível em: https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/JG2MD5FG.pdf, acesso em 08 de maio de 2021.

BBC (2020). Consumo de plásticos explode na pandemia e Brasil recicla menos de 2% do material. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55131470>, acesso em 10/05/2021.

BRASIL. (2010) Presidência da República. Casa Civil. LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. (2019). Anuário Estatístico de Turismo-2019. 46, ano-base 2018. Brasília: Ministério do Turismo.

BRUNDTLAND, G. H. (1987). Nosso futuro comum. Oxford, New York, Oxford University Press.

FLORIANÓPOLIS. Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Florianópolis (2017). Disponível em <https://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/pmgirs/caderno4.php>, acesso em 09 de maio de 2021.

FORTUNATO, R. A. (2009). Representação Social da Educação Ambiental e sua contribuição ao turismo. Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur), 2(2). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2009.v2.5855>

GUARUJÁ (2012). Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Guarujá. Disponível em <https://smastr16.blob.core.windows.net/cpla/2017/05/guaruja.pdf>, acesso em 09 de maio de 2021.



JACOBI, P. R. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade, Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

JACOBI, P. R. & BESEN, G. R. (2011). Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. DOSSIÊ SÃO PAULO, HOJE. Estudos avançados vol.25 no.71 São Paulo Jan./Apr. 2011.

LASCOURMES, P. & LE GALÈS (2012). Sociologia da ação pública. Tradução e estudo introdutório George Sarmento. Maceió: Edufal.

LAYRARGUES, P. P. (2012). Para onde vai a Educação Ambiental? O cenário político-ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, p. 398-421.

LAYRARGUES, P.P. (2018). É só reciclar? reflexões para superar o conservadorismo pedagógico reprodutivista da educação ambiental e resíduos sólidos.in: ruschinsky, aloisio; calgaro, cleide; weber, thadeu. ética, direito socioambiental e democracia. caxias do sul: educs. p.194-211.

PRAIA GRANDE - SP (2016). Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Praia Grande. Disponível em http://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5235&Acao=busca, acesso em 09 de maio de 2021.

SEVERO & GUIMARÃES, (2020). A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as cooperativas ou associações de catadores recicláveis: caminhos para o agente socioeconômico ambiental. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 272-307, jan./abr. 2020. doi: 10.7213/rev.direito.econ.soc.v11i1.24503

TEIXEIRA et al., (2020) Implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Município de Natal (RN): O Papel dos Atores, Administração Pública e Gestão Social Administração Pública e Gestão Social, 2020, 12(4), Outubro-Diciembre, ISSN: 2175-5787

URBAN, R. C. & NAKADA, L. Y. K. (2021). COVID-19 pandemic: Solid waste and environmental impacts in Brazil. Sci Total Environ. 755: 142471. Doi: 10.1016/j.scitotenv.2020.142471

WWF (2019). Solucionar a Poluição Plástica: Transparência e Responsabilização. Disponível em: https://promo.wwf.org.br/solucionar-a-poluicao-plastica-transparencia-e-responsabilizacao?_ga=2.61890990.340487679.1578051946-1802114202.157772876 Acesso em 7/05/2021.

ZANETI, I. C. B. B. (2003). Educação ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre, RS. Tese do doutorado. CDS-UNB, Brasília, disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21053>

ZANETI, I. C. B. B. (2003). Educação ambiental para a cidadania planetária.